

ATA Nº 05/2021 COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Aos dezessete dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, às quatorze horas reuniu-se em reunião ordinária, por meio “online”, programa ZOOM, os membros do Comitê de Investimentos do IPACI: Hudson Dessaune da Silva, Claudia Prucoli Massini, Dayse Modesto Correa, Luciane de Oliveira Pope Mion A reunião teve início com a apresentação pelo Sr. Marcos Almeida, da Empresa LDB Consultoria. Ele fez uma apresentação sobre o estudo da ASSET LIABILITY MANAGEMENT – ALM, deste ano de 2021, gerenciamento do ativo e passivo, através do fluxo atuarial. Ele destacou que seria feito um estudo sobre o comportamento daquilo que o IPACI precisará para daqui a 75 anos. Que precisará ser feito objetivando o equilíbrio atuarial. Que uma vez atingido esse objetivo, estaremos dando “vida” ao IPACI. Apontou que, por meio de estratégias iria mostrar o que seria melhor para o IPACI neste momento. Que o cenário veio de uma taxa de juros alta, com projeção de inflação alta. Que em 2018 nossa meta era 5.83%. Não era preciso assumir riscos. Que em 2020 as taxas de juros foram empurradas para baixo. Que nossa meta atuarial para 2021 é composta pela inflação (IPCA + 5.41%. Segundo ele, hoje no mercado não existe nenhum vencimento que pague a nossa necessidade, ou seja, que compulsoriamente teremos que pensar em alternativas distintas. A NTN-B não garantirá nossa meta. Que a pandemia trouxe incertezas, e com ela a necessidade de montar novas estratégias. Que a aquisição de títulos públicos são seguros, haja vista serem emitidos pelo tesouro nacional – Portaria MF nº 557, 27/12/2017. Segundo ele, porém, nenhum título público faz mais sentido para nós. Que hoje eles remuneram, 4,40%. O restante precisa ser atingido com esforços em outros meios. Adquirir títulos do Tesouro têm pouca volatilidade. Que o objetivo é ficar longe das influências do mercado. Para o consultor, Sr. Marcos Almeida, adquirir NTN-B e marcar na curva, que isso diluirá as incertezas e levará o IPACI a atingir a meta atuarial. Que para blindar a volatilidade vai-se olhar os prazos que se tem para frente ao fazer a aquisição. Ele destacou dois pontos. Que primeiro precisamos olhar a compatibilidade dos prazos e as necessidades do IPACI. Em segundo lugar, manter-se o título até o vencimento do papel. Que o IPACI não precisa dar lucro, ele precisa proteger os ativos. Que o Instituto pode marcar na curva. E prosseguiu: “olhamos qual taxa compramos e todos os dias vamos avançando um pouquinho”. Que por meio de uma gestão integrada vai-se buscar minimizar alguns riscos entre ativo e passivo. Vamos analisar quanto vamos precisar. Vamos buscar o controle da liquidez e projetar o retorno da carteira. A ALM será o resultado proveniente do ativo e passivo. Vamos olhar o benchmark. Olhar para que o ativo seja solvente: rentabilidade x retorno esperado, pontuou. Em seguida, ele disse que até o ano de 2031 haverá “um fôlego de caixa”. As entradas serão maiores que as saídas. Que a alocação dos recursos depende da parte técnica. Que a carteira está sendo alocada de acordo com o histórico. Que a partir de 2031 vai haver o resgate de recursos. Que hoje, a entrada do fluxo está maior do que a projetada para 2031. Será preciso trabalhar para que o IPACI tenha solvência e liquidez a partir de 2031, ressaltou. Que o IPACI vai precisar de um retorno de 5,50%, além da inflação. Sendo assim, será preciso, a partir daí procurar um ativo de menor risco possível. Que a carteira que precisamos é a de 5,42%. Na visão do consultor Marcos para renda fixa é possível alocar em IMA-B. Que precisamos comprar NTN-B com vencimento a partir de 2030. Caso o IPACI opte em alocar recursos em títulos públicos federais marcados na curva o estudo apresenta tabela com prazos e percentuais de alocação: NTN-B 2030, 7,66%; NTN-B 2035, 14,17%; NTN-B 2040, 16,41%; NTN-B 2045, 19,16%; NTN-B 2050, 20,83; NTN-B 2055 21,76%. Que a última avaliação atuarial os prazos em que o IPACI precisará de recursos. Que os ativos livres de riscos são as NTN-B. Que diante da nossa realidade, só vamos precisar de recursos a partir de 2031. O Sr. Marcos ainda disse que hoje nossa carteira está alocada 77% em renda fixa. Que um fator de risco para o IPACI é a inflação. Na opinião dele, precisamos fazer um ajuste nas cotas dos títulos públicos. Que bastarão fazer ajustes e não “mudar a rota”. Mudar os atuais 77,27% de investimento em renda fixa para 64,89%. Essa diferença de 12,38% auxiliará o IPACI à suportar as oscilações advindas da inflação. Neste momento, o Presidente do Comitê de Investimentos, o Sr. Hudson interveio a fala do Sr. Marcos para perguntá-lo se ao invés de se fazer alocação em uma carteira que está rendendo negativo, se o melhor não seria se retirar de um fundo que está rendendo positivo. E continuou, que o valor de R\$

38.397.498,20 (trinta e oito milhões, trezentos e noventa e sete mil quatrocentos e noventa e oito reais e vinte centavos) é um valor muito alto a ser resgatado, haja vista um conjunto de fatores que envolvem a realização deste resgate. O Sr. Marcos, retomando a fala disse que ‘faz sentido a dúvida do Sr. Hudson. Que caso se resgate do CDI, seria uma boa proposta, entretanto, depois precisaremos nos lembrar de fazer o retorno, a devolução. O Sr. Marcos pontuou duas questões: a) podemos tirar do CDI, bastando que em seguida haja o retorno; b) que quando olhamos para a rentabilidade, ela sempre vai ser questionável. E continuou: cautela está na rentabilidade perante aquele valor aportado no início da aplicação. Não é preciso ficar em um casamento eterno. Que mesmo estando negativo, pode ser resgatado. É preciso olhar para o histórico”, Na visão dele, hoje a diminuição no IMA-B é onde melhor se vislumbra. Ele sugeriu que comecemos a alocar nos fundos no exterior, de acordo com o art. 8º, III, Resolução CMN nº 3922. Por fim, o Sr. Marcos reforçou que vale a pena colocar em prática a realocação dos recursos. Que “é preciso colocar o vagão nos trilhos”. Neste momento, o Presidente do Comitê de Investimento interveio para dizer que nessa semana mesmo estará fazendo o credenciamento de Fundos de Investimento no Exterior. O Sr. Marcos, retomando a palavra disse que ao longo do tempo o ativo ficará com comportamento solvente em relação ao passivo. Que a gestão de ativos e passivos possibilitam diminuição dos riscos, aumentando a chance de sucesso do objetivo buscado. Nada mais havendo a tratar, lavra-se a presente ata que segue assinada pelo Presidente do Comitê de Investimento atestando o comparecimento dos demais membros em sala de reunião virtual.

Hudson Dessaune da Silva
Diretor Financeiro
Presidente do Comitê de Investimento